

PONTO CRÍTICO

O mundo acaba de comemorar a Semana do Meio Ambiente. Qual tem sido o desempenho do governo Fernando Henrique na área ambiental? O diretor da organização ecológica Greenpeace no Brasil, uma jornalista especializada no tema e o presidente do Ibama respondem.

Seis meses de hesitação

Roberto Kishinami

A tônica do governo FHC nestes quase seis meses de mandato tem sido o que se pode chamar de um "esforço pela privatização". Como em outras partes do mundo, o discurso privatista apresenta uma consistência interna quase impecável: retirar do âmbito do Estado atividades produtivas que melhor podem ser desempenhadas por agentes privados, para ampliar o esforço destinado às políticas sociais.

Embora o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha manifestado em diferentes ocasiões a importância da preservação ambiental como requisito para a formulação e execução de políticas desenvolvimentistas, o governo FHC mostra que a prática política não incorporou uma noção elementar: de que a degradação ambiental faz parte do mesmo processo que gera as desigualdades sociais, o desemprego, a crise ética e outros males nacionais — ou seja, que não pode ser tratada de maneira isolada.

Parte da solução para as crises brasileiras contemporâneas — ambientais, sociais, econômicas, culturais — pode estar na expulsão da guarda do Estado daquelas atividades que podem ser desempenhadas por agentes privados.

Mas esta substituição nunca será integral. At restar o perigo de fazer da privatização uma prioridade absoluta. Alguns exemplos são necessários.

Comecemos pela política nuclear no governo

"Muito pouco vem sendo feito pelo governo para proteger e valorizar economicamente a biodiversidade brasileira"

FHC. O então candidato à Presidência, Fernando Henrique Cardoso fez ao Greenpeace a seguinte declaração, por escrito: "Tanto no caso de Angra 1, como no de Angra 2, é imprescindível a execução de minuciosa auditoria para estabelecer as reais condições técnicas e econômicas dos projetos. Antes de qualquer decisão, quero ter uma avaliação precisa dos montantes já dispendidos e a dispendir, e do ônus daí decorrente para o Tesouro Nacional.

Recentemente, a empresa Furnas anunciou licitação de concorrência pública para a montagem eletromecânica de Angra 2, sem que qualquer auditoria do projeto tenha sido realizada.

O que mudou em Angra 2 desde o momento da eleição até hoje? A usina tornou-se mais barata? Foram resolvidas as insuficiências do Plano de Emergência? Solucionou-se o problema de como guardar por milhares de anos o lixo atômico de Angra 1 e 2?

A resposta única a estas e outras questões é, simplesmente, não.

Avançando na construção de Angra 2, o governo perde a oportunidade de reparar um erro, iniciado no regime militar, mas que prosseguiu nos títuos governos de transição, embora altamente oneroso para o país.

As gerações futuras pagarão por este erro, mas as atuais também já estão sofrendo com ele. Afinal, os mais de US\$ 10 bilhões consumidos na obra inacabada significam um déficit em vários setores.

São recursos que poderiam ter se transformado em sistemas de saneamento, habitações, equipamentos de saúde, programas educacionais e outros investimentos emergenciais.

Não bastasse isto, os mesmos mais de US\$ 10 bilhões são dívida externa que, de uma forma ou de outra, vai ser paga.

Outro exemplo é dado pela atuação do governo nos temas de interesse internacional. Embora o país seja detentor de enorme parcela da biodiversidade planetária, muito pouco vem sendo feito pelo governo para protegê-la e valorizá-la economicamente.

O tão polêmico Sivam não passa de uma versão militar da vigilância necessária à região Amazônica. Para ir além dos controles de fronteiras e dos vãos de baixa altitude, será necessário utilizar conceitos de proteção e ecossistemas ao invés de controle de tráfego.

Do lado econômico, o projeto de lei das patentes abre as portas à exploração do banco genético, sem qualquer salvaguarda ou benefício efetivo para o país.

A participação brasileira nas convenções da Basileia (sobre comércio internacional de lixo tóxico), do Clima, no Protocolo de Montreal (sobre a camada de ozônio) e outros também segue um indesejável padrão.

As propostas brasileiras ainda ignoram que os custos da proteção ambiental são, na verdade, investimentos, com retornos a curto e longo prazos — não apenas para a conservação da natureza, mas para a competitividade industrial, a saúde pública, a qualidade de vida, a economia entendida em sua dimensão maior.

Irá o governo FHC incorporar a dimensão ambiental à sua política? Esperemos que sim. O futuro aguarda, com urgência, a resposta.

■ Roberto Kishinami é diretor executivo do Greenpeace no Brasil.

Mais retórica do que ação

Kristina Michahelles

São mirrados os resultados que o governo FHC tem contabilizado na área ambiental nestes primeiros cinco meses. O plano retórico continua bem mais movimentado do que o nível das ações concretas.

Triste constatação a ser feita numa Semana do Meio Ambiente, a terceira depois que o Brasil hospedou, em 1992, a maior conferência das Nações Unidas sobre o assunto já realizada no mundo.

De lá para cá, há mudanças positivas a registrar. O ministério criado especialmente para cuidar do setor, agrega, neste governo, a função de cuidar também da água, recurso cada vez mais escasso, valioso e caro.

O que o cidadão comum não imagina é que a atribuição de zelar pelos recursos hídricos já desencadeou um pesado jogo de pressão e interesses (o consumo agrícola de água supera em dez vezes o volume consumido por todo o resto da sociedade, incluindo indústria, e a bancada ruralista não vai abrir mão tão facilmente de um privilégio até agora barato e abundante).

Outro ponto positivo: mal ou bem, a população aprendeu, nestes últimos anos, a ser mais vigilante em relação aos problemas ecológicos do dia-a-dia.

Há vontade efetiva de participação, mais até do que em alguns países europeus. O que falta são canais adequados de interlocução com o governo.

Em resposta a esta enorme necessidade de serviços ambientais, o presidente Fernando Henrique Cardoso

"O setor ambiental definitivamente não figura entre as prioridades da atual administração"

acaba de dar um pequeno passo, anunciando em seu programa de rádio Palavra do Presidente a Linha Verde, pela qual o cidadão pode avisar sobre a ocorrência de queimadas, um banco de dados ambientais e um novo programa de voluntários à la Rondón.

Há uma evidente receptividade no governo a dialogar com a sociedade civil através das organizações não-governamentais, e o presidente chegou a se reunir com dezenas delas em Manaus no início de abril.

Mais uma vez, no entanto, faltam canais adequados para dar prosseguimento a este diálogo, que acaba virando conversa de surdos.

É alentador saber que o governo pretende incluir cláusulas ambientais nos financiamentos do setor público. Se isto acontecer, será um avanço enorme.

Lowáveis são os objetivos, mas bem diferente é a realidade, marcada por uma paralisia estrutural e operacional que assusta.

Nem tudo é culpa dos integrantes da cúpula do ministério, entre os quais há profissionais reconhecidamente competentes. Em primeiro lugar, o setor definitivamente não figura entre as prioridades da atual administração.

Fosse diferente, o governo não teria deixado toda a área ambiental, ministério e Comissão de Meio Ambiente no Congresso (presidente: Zequinha Sarney), ficar nas mãos do PFL.

Mostrasse um pouco mais de interesse, o superministro José Serra não deixaria dormir na gaveta a Co-

missão Interministerial de Desenvolvimento Integrado (Cides), espaço ideal para acompanhar o cumprimento dos compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Criada há um ano, a Cides nunca se reuniu.

Em sua maioria estranhos à área, os integrantes da cúpula do setor ambiental esbarram nos velhos problemas estruturais de competências mal divididas e no conturbado relacionamento com setores corporativistas que vicejaram nos últimos anos. O resultado é a inexistência de políticas públicas coerentes com os gigantes problemas que o Brasil enfrenta.

Agora é época de safra de madeiras nobres como o mogno. Desnecessário constatar que não há fiscalização adequada por parte do Ibama.

Várias perguntas continuam sem resposta. Por que razão o principal grêmio da área, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) ainda não se reuniu nenhuma vez neste governo? Por que motivo os últimos dados sobre desmatamento causado por queimadas se referem ao ano de 1991?

Por que o ministério do Meio Ambiente gasta dinheiro editando às pressas um livrinho pífio e malfeito de 48 páginas, chamado Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, criticado dentro e fora do governo?

É na Amazônia, aliás, que surgem algumas novidades alentadoras. Cinco anos depois de criado numa reunião do G-7 em Houston, o Programa Piloto para a Amazônia saiu agora do papel como os primeiros desembolsos para projetos específicos.

Idéias e dinamismo não faltam ao novo secretário para a Amazônia, José Seixas Lourenço, para garantir um desenvolvimento mais sustentável na região. Mas não basta responder apenas aos estímulos externos. O governo FHC ainda deve aos seus eleitores uma atuação mais vigorosa e enérgica na área ambiental.

■ Kristina Michahelles é correspondente de jornais alemães no Brasil e jornalista especializada na área de meio-ambiente

Meio Ambiente e Economia

Raul Jungman

O desenvolvimento sustentável no Brasil é dependente de um diálogo que ora se inicia entre política econômica e política ambiental. Nas suas origens, a política e os instrumentos da área ambiental foram orientados para a correção dos desvios resultantes de um modelo de crescimento e/ou desenvolvimento.

Com o passar do tempo e a maturidade daí decorrente em termos de idéias e conceitos, hoje é claro que, de uma função essencialmente corretiva, o sistema de regulação ambiental necessita incorporar e ser incorporado na lógica mesmo ou nos centros de decisões do sistema econômico.

Vale dizer, é imprescindível a incorporação da dimensão ambiental na concepção das políticas econômicas e vice-versa.

Dai resulta, dentre outros aspectos, o que se segue: a) o sistema de regulação ambiental se orienta sobretudo para a fixação de padrões e mecanismos de comando e controle. Formas de regulação pelas quais o Estado, através da legislação, fixa normas ou regras gerais pouco flexíveis, muito detalhadas e que demandam um enorme aparato burocrático para a sua execução.

b) no que toca às políticas econômicas, o desenvolvimento se faz muitas vezes sem considerar o ciclo econômico como um todo, ou seja, a pressão sobre os recursos naturais em uma ponta e, na outra, os efeitos

"O sistema de regulação ambiental necessita ser incorporado na lógica mesmo ou nos centros de decisões do sistema econômico"

do crescimento, aí vistos em termos de degradação ambiental, de formação de rejeitos, etc.

c) o mais grave é que esta distância entre área ambiental e econômica tem levado a que o meio ambiente seja, até aqui, considerado como uma externalidade, algo que não entra no cálculo dos custos dos bens e serviços.

Esses aspectos irão levar, dentre outras coisas, a um mecanismo de concentração de renda. A ação do setor empresarial vai significar passivos ambientais que se tornarão públicos porque, mais cedo ou mais tarde, terão que ser resolvidos mediante o uso de poupança pública.

Isto, em última instância, irá representar um dos elementos crescentes do déficit fiscal do setor público.

Resulta daí — e disso têm conhecimento e compreensão o ministro Gustavo Krause e o presidente Fernando Henrique Cardoso — que é fundamental, seja para a sustentabilidade das políticas econômicas, seja para a consistência das políticas ambientais, que mais e mais a política ambiental caminhe rumo ao centro, ao núcleo onde são listadas as políticas econômicas.

Caso contrário, teremos duas situações: o crescimento, mesmo que acelerado, será regressivo a médio e longo prazo regressivo. Impactará sobre o meio ambiente de forma a desequilibrá-lo, gerando passivos ambientais que funcionarão como entraves futuros à

própria expansão da produção.

De outra parte, teremos uma política ambiental perpetuamente periférica.

É do diálogo com a política econômica que nós podemos pensar no efetivo desenvolvimento da Ecologia. É através da revisão dos sistemas de custos pela incorporação da dimensão ambiental que nós vamos dar um grande impulso a esta ciência.

Nesse sentido é que o Ibama se prepara para lançar neste ano as sementes do seu núcleo de estudos. Será um centro de estudos do desenvolvimento sustentável do meio ambiente, para concentrar saber, tecnologia e competência, que venha a responder os desafios decorrentes desse diálogo que ora se inicia, mas também da necessidade que tem o Brasil de contar com um modelo de desenvolvimento sustentável.

O alcance desse modelo irá, também, demandar uma revisão de fundo de todo o sistema de regulação ambiental. Estudos em andamento no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, apontam para as dificuldades crescentes do sistema.

Esse é o desafio. No Protocolo Verde e no Grupo de Trabalho formado pelo Presidente da República, integrado pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Meio Ambiente, além de todas as instituições federais, temos o primeiro passo para sua solução.

Em breve, o Protocolo Verde estará dando resultados concretos. Através da parceria e da articulação entre os que fazem política econômica e os que fazem política ambiental no País, se poderá construir um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e eticamente justo e equilibrado.

■ Raul Jungman é presidente do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

